

Capítulo 51 - DOI:10.55232/1082022.51

MILITÂNCIA, MULHERES E A REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

Lucas Barroso Rego, Manoelly dos Santos Cerqueira, Joana Josiane Andriotte Oliveira Lima Nyland, Cassius Assunção Martins e Juliana Fontes de Lima

A literatura especializada em memória vem apontando que a cultura memorial contemporânea tem substituído a celebração de heróis pela iluminação das experiências das vítimas. Entretanto, vale destacar que desde a deflagração do golpe civil-militar em 1964, no Brasil, as mulheres militantes já recusavam esse papel imposto de serem vítimas, na ocasião, de uma parcela subversiva da sociedade. Ao contrário disso, buscaram um protagonismo antiditatorial e preferiram ser vistas como heroínas da democracia. Todavia, por isso, sofreram os percalços da misoginia presente nas Forças Armadas brasileiras que, além de minimizarem as torturas sofridas por elas, as viam como meras figurantes e vítimas de um poder masculino subversivo de seus familiares, amigos, conhecidos e companheiros. Nesse contexto, o objetivo desse trabalho será apresentar alguns tipos específicos de violência direcionadas às mulheres na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). A metodologia utilizada é de um relato de caso. Para isso, foram observados depoimentos concedidos ao acervo “Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil”, projeto de pesquisa realizado pelo Núcleo de História Oral do Laboratório de Estudos do Tempo Presente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH/UFRJ), em parceria com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Utiliza-se também o documentário “Memórias femininas da luta contra a ditadura militar” (2015) que analisa algumas experiências femininas de resistência ao regime civil-ditatorial brasileiro, bem como a violência política e a violência de gênero imperantes nesse período. O documentário, em consonância com a sua própria base documental (ARAÚJO, 2014) que contém mais trechos de outros depoimentos, apresenta alguns tipos específicos de violência direcionadas às mulheres em regimes de exceção, tendo como foco o brasileiro que durou de 1964 até 1985. Sendo assim, enumeramos: i) nos porões da ditadura, isto é, nas prisões e nos cárceres, há a violência distinguida pelo caráter sexual, que atinge o corpo, a mente e até a maternidade, quando há ameaças e torturas físico-psicológicas contra seus filhos, por exemplo; ii) quando em fuga do cárcere, uma nova vida solitária na clandestinidade afeta a vida afetiva e social principalmente das mulheres, que cortam laços com parceiros, amigos e alguns familiares; iii) nessa realidade clandestina, com a urgência de serem irreconhecíveis, elas precisam mudar suas identidades para si mesmo e para a sociedade que a rodeia, o que gera um apagamento identitário; iv) fora dos cárceres, há o luto das mães, das irmãs, das filhas e das esposas, mulheres que quase sempre estão a procurar por seus familiares desaparecidos. Nesse caso, haveria um duplo sofrimento de quem procura e não encontra o paradeiro dos corpos, posto que, como salientado em alguns testemunhos, aceitar a morte de um desaparecido é como se tivesse que “matá-lo novamente”. Dentre os depoimentos colhidos, destacamos o sofrimento e a morte dos seus filhos como a tortura mais brutal para as progenitoras e como resultado dos

sentimentos de psicopatia presentes nos militares brasileiros. Portanto, a partir da recolha de experiências de torturadas pela ditadura, a (re)afirmação das mulheres como protagonistas da militância antiditatorial, e não como meras vítimas de um poder masculino subversivo, possibilitará observar como as resistências femininas uniram-se em atos de insurreição ao sistema implantado com marcas misóginas e sexistas. Mulheres que não foram frágeis e nem meras vítimas, mas que tiveram coragem e, até hoje, sustentam suas narrativas históricas que podem ser lidas como atos heroicos de bravura em busca da sonhada democracia mesmo nos tempos da ditadura civil-militar brasileira.

Palavras-chave: Violência, resistência, Brasil

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, M. P. N. Lembranças do golpe – 1964. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, jan-jun. 2014.